



**Prefeitura Municipal - Dom Pedro de Alcântara**  
**Secretaria da Assistência Social**  
**Rio Grande do Sul - Brasil**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Este documento é a primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e da base ao termo de referência a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação

**Necessidade da Administração:** Contratação de oficineiros (pessoa física e ou jurídica) para atuarem como orientadores no desenvolvimento de oficinas socioeducativas, visando o estímulo e o desenvolvimento de ações de fortalecimento de vínculos e de cidadania, assim especificado:

Item	Descrição do Serviço	Quantidade	Unidade	Prazo de execução	Grupo/Idade
1	Instrutores de oficinas de danças tradicionalistas	180	Horas	De março a novembro de 2026	Crianças e adolescentes de 6 a 16 anos

**1 - DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

1.1- A oficina será realizada em espaços públicos e/ou em espaços privado(parcerias), no município de Dom Pedro de Alcântara, através de grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, nas diversas faixas etárias, todos referenciados aos CRAS, durante o exercício de 2026.

1.2- O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço continuado da Proteção Social Básica, organizado em diferentes grupos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social desenvolvido com as famílias através do Programa de Atendimento Integral as Famílias (PAIF), ofertado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) com objetivo de prevenir situações de vulnerabilidade, violência e risco social.

1.3- A Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) vem desenvolvendo uma reorganização de seus serviços, através de um novo território, para assim, garantir as seguranças afiançadas na proteção social, atendendo as exigências legais, tendo por base a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, conhecida por Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004; o Decálogo dos Direitos Socioassistenciais, aprovado na VI Conferência Nacional de Assistência Social realizada em Brasília, em 2007; a Norma Operacional Básica de





**Prefeitura Municipal - Dom Pedro de Alcântara**  
**Secretaria da Assistência Social**  
**Rio Grande do Sul - Brasil**

Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) de 2006; a Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012, que aprova a atual Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS), aprovada pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 e suas atualizações, conforme Orientações Técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social.

1.4- A proposta aqui apresentada visa contratar oficinairos para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV, que atuarão junto ao Centro de Referência de Assistência Social-CRAS e a estrutura de atendimento e gestão da SMAS, conforme Norma Operacional Básica de 2012 e a Resolução 109, que trata da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

1.5- As oficinas contribuirão no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, “pois é na relação que o ser cria sua identidade e reconhece sua subjetividade” (PNAS, p.32, 2004)

1.6- As oficinas são de acesso gratuito aos usuários da Assistência Social, respeitando o critério de idade, e serão operacionalizadas no prédio municipal da Assistência social, ou em locais indicados e/ou disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

## **2 - DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

2.1- A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual 2026 do Município de Dom Pedro De Alcântara. Esta demanda está inserida no Eixo 4 (Administração e Assistência Social) sob o identificador SOC-03, com um valor estimado de R\$ 150.000,00. O planejamento, que visa o fortalecimento de vínculos e cidadania conforme a legislação federal de licitações, prevê que a execução ocorra por meio de modalidades como dispensa, pregão ou inexigibilidade de licitação

## **3 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1 - O objeto licitado tem natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2-As oficinas fazem parte do planejamento enquanto Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.





**Prefeitura Municipal - Dom Pedro de Alcântara**  
**Secretaria da Assistência Social**  
**Rio Grande do Sul - Brasil**

I. O SCFV proporcionará a composição dos grupos de diferentes faixas etárias e inclusive, de acordo com os ciclos de vida.

II. As atividades serão desenvolvidas semanalmente permitindo alternar o desenvolvimento dos grupos com o pessoal técnico de referência dos serviços socioassistenciais.

III. As despesas de deslocamento até o local para realização da oficina, refeições, e outras, será de inteira responsabilidade do contratado e ocorrerão nas quartas feiras, tanto no período da manhã, quanto no período da tarde. No turno matutino, as aulas terão início às 9 horas, com término previsto para as 11:00, e no turno vespertino seu início se dará às 14 horas, com o término previsto para as 16:00, conforme prévio planejamento, sendo essa carga horária mínima.

#### **4 - DA ESPECIFICIDADE DA OFICINA DE DANÇA TRADICIONALISTA**

I- O Contratado deverá trabalhar a expressão artística e cultural ao demonstrar a partir das representações das danças tradicionais gaúchas como caranguejo, pezinho, chimarrita, etc.

II- Também trabalhar a organização de grupos de dança, como por exemplo a formação de invernadas.

III- O Contratado irá trabalhar no CRAS, podendo, eventualmente, se deslocar para apresentações artísticas com as crianças e os adolescentes

IV- A oficina será oportunizada para crianças e adolescentes de 6 a 16 anos.

V- O período de execução será de nove meses, totalizando 180 horas de oficina

VI. A prestação de serviços deverá ocorrer nos meses de março a novembro, mas se necessário, poderá estender-se além do mês de novembro para a conclusão do projeto a ser desenvolvido.

4.1- A licitante deverá apresentar os seguintes documentos de qualificação técnica/econômica financeira para habilitação:

I- Atestado de Capacitação Técnica, que comprove aptidão para fornecimento, pertinente e compatível com a natureza do presente objeto, comprovando atuação e experiência de no mínimo 06 (seis) meses na área relativa à oficina proposta, através de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando o período de atuação na área proposta;





**Prefeitura Municipal - Dom Pedro de Alcântara**  
**Secretaria da Assistência Social**  
**Rio Grande do Sul - Brasil**

II. Para pessoa física apresentar alvará de folha corrida;

III- Para pessoa jurídica apresentar a certidão negativa de falência ou de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento, havendo mais de um cartório distribuidor deverá ser apresentado documento hábil do órgão judiciário informando o número de distribuidores.

4.2- Da fiscalização:

I. O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste termo serão exercidos por meio de representante (s), designados pela Contratante, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à Contratada, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021:

§ 1º O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

II. Não obstante ser a Contratada a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

III. Cabe à Contratada atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto desta licitação, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.





**Prefeitura Municipal - Dom Pedro de Alcântara**  
**Secretaria da Assistência Social**  
**Rio Grande do Sul - Brasil**

4.3- Das obrigações da contratante e da contratada:

Obrigações da contratante

- I. Efetuar o devido pagamento à Contratada, nos termos do presente instrumento;
- II. Dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do contrato;
- III. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada neste termo e no contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- IV. Designar servidor pertencente ao quadro da Contratante, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do licitado;
- V. Cumprir e fazer cumprir todas as demais cláusulas do presente termo.

Obrigações da contratada

- I. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do presente termo e do contrato, bem como nos termos da sua proposta;
- II. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- III. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- IV. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- V. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à Contratada o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);
- VI. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à Contratante e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;





**Prefeitura Municipal - Dom Pedro de Alcântara**  
**Secretaria da Assistência Social**  
**Rio Grande do Sul - Brasil**

VII. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VIII. Executar as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação.

IX. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado

**4.4- Do pagamento:**

I. O pagamento será efetuado de forma parcelada, mensalmente, até o décimo dia útil da respectiva prestação mensal do objeto, por transferência bancária, mediante a apresentação da Nota Fiscal (para Pessoa Jurídica) ou RPA – Recibo de Pagamento Autônomo (para Pessoa Física), devidamente certificado, constando o recebimento, por parte do servidor responsável, designado para tal.

**4.5- Das sanções administrativas:**

I- O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- i- Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- ii- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- iii- Dar causa à inexecução total do contrato;
- iv- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- v- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- vi- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- vii- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- viii- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- ix- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- x- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- xi- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;





**Prefeitura Municipal - Dom Pedro de Alcântara**  
**Secretaria da Assistência Social**  
**Rio Grande do Sul - Brasil**

xii- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no subitem I deste termo, as seguintes sanções:

i. Advertência;

ii. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

iii. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da administração pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

iv. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

III. As sanções previstas nas alíneas “i”, “iii” e “iv” do subitem I do presente termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “II” do mesmo item.

IV. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no subitem II do presente termo.

V. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

VI. A aplicação das sanções previstas no subitem II deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

VII. Na aplicação da sanção prevista no subitem II, alínea “ii”, do presente termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

VIII. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “iii” e “iv” do subitem II do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

IX. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado





**Prefeitura Municipal - Dom Pedro de Alcântara**  
**Secretaria da Assistência Social**  
**Rio Grande do Sul - Brasil**

poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

X. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

XI. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

XII. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- i. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- ii. Pagamento da multa;
- iii. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- iv. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- v. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

XIII. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “viii” e “xii do subitem II do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**4.6- Dos casos fortuitos ou de força maior:**

I. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento do Contrato oriundo deste processo licitatório, ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega do veículo no local onde estiver sendo executado o objeto Licitado:

- i. Greve geral;
- ii. Calamidade pública;
- iii. Interrupção dos meios de transporte;
- iv. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudicadas; e





**Prefeitura Municipal - Dom Pedro de Alcântara**  
**Secretaria da Assistência Social**  
**Rio Grande do Sul - Brasil**

v. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

II. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela empresa licitante.

III. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Prefeitura Municipal Dom Pedro de Alcântara/RS, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

IV. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 (vinte e quatro) horas antes do dia de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

#### **5- DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:**

5.1- O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço continuado da Proteção Social Básica, organizado em diferentes grupos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social desenvolvido com as famílias realizado pelo PAIF (CRAS) e prevenir situações de vulnerabilidade, violência e risco social.

5.2. Portanto as quantidades estipuladas foram estimadas levando em consideração a necessidade de atendimento a nossos munícipes, baseados nas oficinas realizadas no ano de 2025.

#### **6 - DAS ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO:**

6.1. O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

6.2. Após a verificação do objeto demandado e dos requisitos da contratação indicados acima, realizamos o levantamento de mercado e identificamos as seguintes características:

I. O serviço demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado.

II. Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e/ou consulta pública, junto ao mercado para a coleta de contribuições.





**Prefeitura Municipal - Dom Pedro de Alcântara**  
**Secretaria da Assistência Social**  
**Rio Grande do Sul - Brasil**

III. Foram analisadas as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, por meio de consulta a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias e inovações, que melhor atendessem às necessidades da Administração.

IV. Não se observou maiores variações quanto a execução do objeto, a que se pretende adquirir

## **7. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

7.1. Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 20.283,00 (vinte mil e duzentos e oitenta e três reais), baseado em pesquisa de mercado entre três empresas que realizaram ofertas para a prestação do serviço

7.2. As cotações detalhadas fazem parte deste estudo técnico preliminar e estarão anexadas ao processo administrativo.

## **8. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

8.1. A solução proposta/alternativa viável, para atender a demandada neste Estudo Técnico Preliminar, é a realização da contratação através de Pregão, tendo em vista a previsão da Lei Federal nº 14.133/2021

8.2. Contratação realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3. Para a fornecimento dos produtos/serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

## **9 - DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:**

9.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

9.2. Na aplicação deste princípio, art. 47, § 1º inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, estabelece que o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

9.3. Em vista disto, o princípio do parcelamento deverá ser aplicado, para ampliar a competição e evitar a concentração de mercado.





**Prefeitura Municipal - Dom Pedro de Alcântara**  
**Secretaria da Assistência Social**  
**Rio Grande do Sul - Brasil**

**10 - DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:**

10.1.- Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

10.2- Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

10.3- A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

10.4- Quanto a contratação, os benefícios diretos e indiretos podem ser percebidos na economicidade, uma vez que o procedimento licitatório permite a contratação de empresa especializada por preço competitivo no mercado, uma vez que haverá concorrência entre as licitantes do ramo de atividades, com a oferta de menor preço, considerando os requisitos previamente estabelecidos no edital da licitação, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos.

**11 - DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:**

11.1. Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração, entretanto, o gestor e fiscal do contrato devem ter ciência sobre o Art. 140 da Lei 14.133/2021, que versa sobre o recebimento do objeto do contrato.

11.2. A Secretaria requisitante indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

11.3. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- I. Elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico;
- II. Elaboração de minuta de contrato;
- III. Encaminhamento do processo para análise jurídica;





**Prefeitura Municipal - Dom Pedro de Alcântara**  
**Secretaria da Assistência Social**  
**Rio Grande do Sul - Brasil**

IV. Análise da manifestação jurídica e se necessário, o atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;

V. Publicação e divulgação do edital e anexos;

VI. Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;

VII. Realização do certame, com suas respectivas etapas;

**12 - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

12.1. Diante de toda a análise desenvolvida neste estudo técnico, a contratação mostra-se VIÁVEL, em termos de disponibilidade de mercado, consoante a legislação em vigor, não sendo possível observar impedimentos ao prosseguimento da contratação demandada através de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dom Pedro de Alcântara, 04 de fevereiro de 2026.

Marcia Denise da Luz  
Secretaria Municipal de Assistência Social





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FD9E-FB3B-7EAA-F675

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MARCIA DENISE DA LUZ (CPF 004.XXX.XXX-32) em 04/02/2026 18:13:28 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://dompedrodealcantara.1doc.com.br/verificacao/FD9E-FB3B-7EAA-F675>